

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL

Julio Manuel Pires  
Iraci del Nero da Costa

## Resumo

Propõe-se a existência de uma específica forma de capital, ainda não contemplada pela literatura especializada: a forma escravista-mercantil. Explicitam-se, ademais, suas limitações lógicas e históricas, seus pressupostos e os resultados de sua ação.

## Abstract

This article proposes the existence of a specific form of capital, which has not contemplated by specialized literature so far: the slavery-mercantile form. Moreover, it explains the logical and historical limitations of this form of capital, as well as its assumptions and the outcome of its action.

## Palavras-chave

escravismo, capital, Brasil-Colônia, História Econômica, História do Brasil

## Key words

slavery, capital, Colonial Brazil, Economic History, Brazilian History

---

*Os autores são professores da FEA-USP.*

## 1. Uma Forma Específica de Capital

Como sabido, Marx considerou, explícita e largamente, três formas de existência do capital:  $D - M - D'$ ,  $D - D'$  e  $D - M < \frac{T}{M_p} \dots P \dots M' - D'$

A primeira corresponde ao capital comercial e assim foi caracterizada: "...el comercio e incluso el capital comercial son anteriores al régimen de producción capitalista y constituyen en realidad la modalidad libre del capital más antigua de que nos habla la historia" (MARX, 1965, v. III, p. 314). A segunda diz respeito ao capital usurário (ou de empréstimo) e também foi vista como forma autônoma e independente: "El capital a interés o capital usurario, para emplear el término arcaico, figura con su hermano gemelo, el capital comercial, entre las formas antediluvianas del capital que preceden desde muy lejos al régimen de producción capitalista y con las que nos encontramos en las más diversas formaciones económicas de la sociedad" (MARX, 1965, v. III, p. 555) [...] "La usura, como el comercio, explota un régimen de producción dado, no lo crea, se comporta exteriormente ante él" (MARX, 1965, v. III, p. 569). A última concerne ao capital industrial e é própria do modo de produção capitalista: "Si el dinero puede invertirse en esta forma es, sencillamente, porque la fuerza de trabajo se halla separada de sus medios de producción (incluyendo los medios de vida, como medios de producción de la propia fuerza de trabajo) y porque este divorcio sólo puede remediarse de un modo: vendiendo la fuerza de trabajo al poseedor de los medios de producción" (MARX, 1964, v. II, p. 33).

A nosso ver, além das três acima arroladas, Marx sugeriu uma quarta forma de existência do capital. Assim, ao tratar dos efeitos decorrentes do desenvolvimento do comércio e do capital comercial, afirmou: "En el mundo antiguo, los efectos del comercio y el desarrollo del capital comercial se traducen siempre en la economía esclavista; y según el punto de partida, conducen simplemente a la transformación de un sistema esclavista patriarcal, encaminado a la producción de medios directos de subsistencia, en un sistema orientado hacia la producción de plusvalía" (MARX, 1965, v. III, p. 321). Estaríamos, pois, em face da exploração de mais-valia nos quadros do escravismo antigo. Tal produção de mais-valia far-se-ia presente, igualmente, em áreas do Novo Mundo quando ainda imersas no escravismo: "Por eso en los Estados norteamericanos del Sur el trabajo de los negros conservó cierto suave carácter patriarcal mientras la producción se circunscribía sustancialmente a las propias necesidades. Pero, tan pronto como la exportación de algodón pasó a ser un resorte vital para

*aquellos Estados, la explotación intensiva del negro se convirtió en factor de un sistema calculado y calculador, llegando a darse casos de agotarse en siete años de trabajo la vida del trabajador. Ahora, ya no se trataba de arrancarle una cierta cantidad de productos útiles. Ahora, todo giraba en torno a la producción de plusvalía por la plusvalía misma"* (grifos de MARX, 1964, v. I, p. 181-82). Trata-se, pois, da mesma forma de existência do capital, agora a viger no âmbito do escravismo moderno, também identificado como escravismo colonial. <sup>(1)</sup> Enfim, mais-valia, valor que se valoriza, portanto capital; porém, uma forma específica de existência do capital, pois calcada na produção de mercadorias com base no escravismo. <sup>(2)</sup> Neste artigo consideramos esta particular forma de capital, a qual denominamos escravista-mercantil, visando estabelecer algumas de suas principais características.

## 2. Limitações Lógicas e Históricas

Ao capital escravista-mercantil impõem-se limitações de caráter lógico e histórico, as quais devem ser tomadas como facetas de um todo único e

- 
- (1) Sobre o termo escravismo colonial veja-se GORENDER (1992, p. 157 e seguintes). Diga-se, ademais, que, embora não tomemos o escravismo colonial como um modo de produção como o fez Gorender, concordamos em larga medida com suas percucientes análises.
- (2) Acreditamos que Barros de Castro tenha chegado muito próximo do estabelecimento da categoria **capital escravista-mercantil**. Sem comprometê-lo com nossa formulação, permitimo-nos entrevê-la na citação que segue: "*O processo de trabalho num engenho escravista do século XVI é similar ao de uma grande lavoura (plantation) capitalista contemporânea. Além disto, mais se assemelha ao processo de trabalho numa grande fábrica inglesa do início do século XIX, que o (processo de trabalho) característico dos séculos XVI e XVII na Europa. Conseqüentemente, é lícito afirmar que, inserido no processo de produção material, o escravo constitui uma antecipação do moderno proletário. Por outro lado, o senhor do engenho encontra-se absorvido numa engrenagem que determina o seu comportamento, em função de 'necessidades' que nada têm a ver com as suas próprias vontades e necessidades pessoais.*" "*Estas características indicam, em suma, que o moderno escravismo tem importantes traços em comum com o capitalismo e, mais, que estas características pertencem à sua conformação interior. Não é, pois, necessário recorrer às conexões 'externas' - e muito menos a um simples 'critério de mercado' - para deixar assinaladas as fortes similitudes existentes entre o moderno escravismo e o capitalismo - proximidade esta que pode ainda ser realçada, ao lembrarmos que a organização produtiva aqui focalizada surge associada aos primórdios do capitalismo, cresce e se multiplica acooplada a ele"* (grifos de CASTRO, 1980, p. 92-3). Gorender, por seu turno, embora tenha observado a presença do capital no âmbito do escravismo colonial, não chegou às mesmas conclusões a que fomos levados; isto se deveu, a nosso ver, ao fato de esse autor haver privilegiado a categoria **modo de produção escravista colonial**: "*Dado seu caráter mercantil, o escravismo colonial encerra categorias como as de mercadoria, dinheiro e capital - categorias adaptadas, todavia, a uma estrutura essencialmente distinta daquela inerente ao modo de produção capitalista. O escravismo colonial possui leis específicas, cuja atuação não teria qualquer razão de ser sob a vigência do capitalismo"* (GORENDER, 1983, p. 13).

solidário, vale dizer, devem ser entendidas, a depender das condições concretas, como lógico-históricas ou histórico-lógicas.

No passado mais longínquo tal forma apresentou-se como exceção no âmbito do escravismo patriarcal inclusivo. Segundo Marx: "*Sin embargo, es evidente que en aquellas sociedades económicas en que no predomina el valor de cambio, sino el valor de uso del producto, el trabajo excedente se halla circunscrito a un sector más o menos amplio de necesidades, sin que del carácter mismo de la producción brote un hambre insaciable de trabajo excedente. Por eso donde en la Antigüedad se revela el más espantoso trabajo sobrante es allí donde se trata de producir el valor de cambio en su forma específica de dinero, es decir, en la producción de oro y plata. En estas ramas, la forma oficial del trabajo excedente son los trabajos forzados llevados hasta la muerte. [...] Sin embargo, en el mundo antiguo esto no pasa de ser excepcional*" (grifos de MARX, 1964, v. I, p. 181). A nosso ver, tal restrição de caráter lógico-histórico foi perfeitamente elucidada por Grender: "*O impasse da escravidão romana decorreu da impossibilidade de um modo de produção escravista patriarcal se converter em modo de produção escravista mercantil, nas condições do mundo antigo. [...] Roma não podia implantar uma economia exportadora em seu próprio território, nem nos territórios das províncias conquistadas. A única exceção, frisada por Marx, foi a Sicília, onde latifúndios escravistas cultivavam trigo para suprimento da Metrôpole. [...] A fim de que se convertesse em escravismo mercantil dominante, seria preciso que a produção escravista se acoplasse a um mercado externo dotado de proporções que as cidades antigas ficaram longíssimo de proporcionar. [...] Roma estava impedida de fazer-se colônia econômica de si mesma e engendrar o escravismo colonial. Daí o impasse histórico insolúvel, traduzido na estagnação tecnológica e no encarecimento crescente da produção por meio de escravos, cada vez menos capaz de constituir a base do Estado imperial*" (grifos de GRENDEY, 1992, p. 160-61).

Conquanto pudéssemos admitir, hipoteticamente, a existência de pólos escravistas autônomos a produzir mercadorias e a comerciar entre si - e esta seria a única maneira de se superar a limitação de ordem lógica aqui exposta -, devemos renunciar a tal conjectura, pois, como sabido, o escravismo antigo é que se viu superado sem conhecer o arranjo hipotético aqui aventado. No que tange às áreas do mundo moderno nas quais se deu a revivescência do escravismo, impõe-se restrição de ordem histórico-lógica, pois agora a existência do capital escravista-mercantil viu-se condicionada pelo modo de produção capitalista já existente na Europa ocidental e que

deitava raízes, como é próprio de sua natureza, em todo o planeta; destarte, para Marx, à medida que o capital industrial "*se va apoderando de la producción social, revoluciona la técnica y la organización social del proceso de trabajo, y con ellas el tipo histórico-económico de sociedad. Las otras modalidades de capital que aparecieron antes de ésta en el seno de estados sociales de producción pretéritos o condenados a morir, no sólo se subordinan a él y se modifican con arreglo a él en el mecanismo de sus funciones, sino que ya sólo se mueven sobre la base de aquél, y por tanto viven y mueren, se mantienen y desaparecen con este sistema que les sirve de base*" (MARX, 1964, v. II, p. 51). Embora o autor estivesse aqui a se referir, provavelmente, ao capital comercial e ao capital usurário, entendemos que tais considerações mostram-se plenamente aplicáveis ao caso do capital escravista-mercantil. Ademais, parece-nos que as mesmas lançam luz sobre referências explícitas efetuadas por Marx com respeito ao escravismo moderno. Vejamo-las: "*La esclavitud de los negros - una esclavitud puramente industrial -, que desaparece sin más y es incompatible con el desarrollo de la sociedad burguesa, presupone la existencia de tal sociedad: si junto a esa esclavitud no existieran otros estados libres con trabajo asalariado, todas las condiciones sociales en los estados esclavistas asumirían formas precivilizadas*" (grifos de MARX, 1980, p. 159). Na mesma obra o autor retoma o tema: "*Esto no excluye que dentro del sistema burgués de producción sea posible la esclavitud en tal o cual punto. Pero la misma sólo es posible porque no existe en otros puntos, y se presenta como una anomalía frente al sistema burgués mismo*". (MARX, 1980, p. 425). O mesmo tom é empregado quando trata dos proprietários escravistas: "*El que a los dueños de plantaciones en América no sólo los llamemos ahora capitalistas, sino que lo sean, se basa en el hecho de que ellos existen como una anomalía dentro de un mercado mundial basado en el trabajo libre*" (grifo de MARX, 1980, p. 476).

Assim, no mundo moderno, a produção de mercadorias alicerçada na mão-de-obra escrava só se tornou possível por se tratar de produção votada, essencialmente, para a exportação, a qual, por seu turno, destinava-se, sobretudo, aos mercados da Europa, onde se revelava dominante o modo de produção capitalista. Três outros pontos devem, ainda, ser fixados: a) a escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas, sim, com o desenvolvimento do mesmo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento; b) estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existên-

cia;<sup>(3)</sup> c) os escravistas são capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil.

Das considerações expendidas na abertura deste tópico, e das conclusões acima arroladas, inferimos, imediatamente, que a forma capital escravista-mercantil não pode existir autônoma e independentemente, pois sua existência pressupõe, na antiguidade, o modo de produção escravista e, em passado mais recente, o modo de produção capitalista. Ademais, sua subsistência também revela-se condicionada e subordinada a tais modos de produção. Como no caso do capital comercial e do capital usurário, estamos em face de uma forma de capital que não traz em si as condições de sua existência e de sua subsistência. Aquelas duas primeiras, justamente por se mostrarem livres, autônomas e independentes com respeito a um específico modo de produção, definem-se como dependentes de modos de produção que para as mesmas revelam-se como dados e, nesta medida, cada uma de tais formas é incapaz de criar as condições necessárias à sua existência e subsistência, operando, pois, de modo parasitário com respeito aos aludidos modos de produção; repisemos aqui a afirmação de Marx: "*La usura, como el comercio, explota un régimen de producción dado, no lo crea, se comporta exteriormente ante él*" (MARX, 1965, v. III, p. 569). Como evidenciado, o capital escravista-mercantil, por não trazer implícita a plasticidade do comercial e usurário, é imediatamente dependente de uma específica relação de produção (a escravista) e igualmente dependente de específicos modos de produção (o escravista e o capitalista). Assim, embora não se defina como parasitária, porque produtora de mercadorias, tal forma não traz em si seus pressupostos não sendo capaz, portanto, de, *per se*, pô-los ou repô-los; vale

---

(3) Com respeito a este ponto também podemos contar com a esclarecedora interpretação de Gorender: "*O escravismo colonial só possibilita um mercado interno estreito, pouco elástico, inadequado aos fins da produção mercantil, que tende à especialização. Mas este problema estava de antemão resolvido, pois sua solução constituía uma das premissas da criação da plantagem colonial. A produção desta última se escoaria no mercado externo já existente e em ampliação, com uma demanda crescente de gêneros tropicais o mercado da Europa* (grifo de GORENDER, 1992, p. 163). Mais adiante acrescenta o autor: "*Estavam criadas as condições objetivas para que o escravismo mercantil assumisse a única forma em que pode desenvolver-se com amplitude: a forma de escravismo colonial, isto é, de um modo de produção dependente do mercado metropolitano. [...] O escravismo colonial não comportava a mercantilização total, pois subsiste nele um setor de economia natural, porém o comércio intensificado não exerce efeito desagregador na sua estrutura. O escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital. A explicação já se contém no exposto acima: um modo de produção baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado externo apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional*" (grifos de GORENDER, 1992, p. 163-64).

dizer, as condições objetivas de sua existência e subsistência lhe são externas e dadas pelos modos de produção acima assinalados. Logo, a forma capital escravista-mercantil é incapaz de dar embasamento a um modo de produção que lhe seja próprio e que dela decorra. Como sabido, o mesmo não ocorre com o capital industrial quanto à referida capacidade, à qual Marx emprestou tratamento explícito e minudente: *"En puridad, el dinero no se convirtió en capital hasta el término del primer proceso de producción, que arrojó como resultado su reproducción y nueva producción del pluscapital I; pero el pluscapital I tan sólo se puso, se realizó como pluscapital cuando produjo el pluscapital II, cuando se desvanecieron los supuestos aún al margen del movimiento del capital real -, correspondientes al dinero en transición hacia el capital, con lo cual el capital puso in fact las condiciones mismas, conforme a su esencia inmanente, de las cuales surge él en la producción. Una vez presupuesta la producción fundada en el capital, la condición de que para ponerse como capital el capitalista debe introducir en la circulación valores producidos por su propio trabajo o de algún otro modo - no sólo por el trabajo asalariado ya existente, pasado -, corresponde a las condiciones antediluvianas del capital. Esto es, a sus supuestos históricos, que precisamente en cuanto tales supuestos históricos pertenecen al pasado y por tanto a la historia de su formación, pero de ningún modo a su historia contemporánea, es decir, no pertenecen al sistema real del modo de producción dominado por el capital. [...] Las condiciones y supuestos del origen, de la génesis del capital, suponen precisamente que el capital aún no es, sino que tan sólo llega a ser, desaparecen, pues, con el capital real, con el capital que pone él mismo, partiendo de su realidad, las condiciones de su realización. [...] si bien, pues, los supuestos del devenir del dinero en capital aparecen como ciertos supuestos exteriores a la génesis del capital, éste, no bien ha llegado a ser capital en cuanto tal, produce sus propios supuestos, o sea la posesión de las condiciones reales para la creación de nuevos valores sin intercambio, a través de su propio proceso de producción. Esos supuestos que originariamente aparecían como condiciones de su devenir - y que por tanto aún no podían surgir de su acción como capital -, se presentan ahora como resultados de su propia realización, como realidad puesta por él: no como condiciones de su génesis, sino como resultados de su existencia. Ya no parte de presupuestos para llegar a ser, sino que él mismo está presupuesto, y, partiendo de sí mismo, produce los supuestos de su conservación y crecimiento mismos. Las condiciones, pues, que precedían a la creación del pluscapital I, o las que expresaban la formación del capital, no están incluidas en la esfera del modo de producción al que el*

*capital sirve de supuesto; han quedado a su zaga, como pródromos históricos de su devenir"* (grifos de MARX, 1980, p. 420-21).

Eis, pois, delineadas, algumas das principais características da forma de capital em epígrafe, outras mais seguem abaixo.

### 3. Um Ponto de Divergência

A nosso juízo, existem razões suficientes e plenamente aceitáveis a explicar o fato de Marx não haver se detido mais demoradamente no estudo do escravismo antigo e, em particular, do moderno.

Interessado, essencialmente, em analisar a lógica do capital industrial e em estabelecer os caminhos teóricos e práticos aptos a concretizar a superação do modo de produção capitalista, o autor desenvolveu um método em face do qual se tornou dispensável o estudo do escravismo antigo: "*...nuestro método pone de manifiesto los puntos en los que tiene que introducirse el análisis histórico, o en los cuales la economía burguesa como mera forma histórica del proceso de producción apunta más allá de sí misma a los precedentes modos de producción históricos. Para analizar las leyes de la economía burguesa no es necesario, pues, escribir la historia real de las relaciones de producción. Pero la correcta concepción y deducción de las mismas, en cuanto relaciones originadas históricamente, conduce siempre a primeras ecuaciones - como los números empíricos por ejemplo en las ciencias naturales - que apuntan a un pasado que yace por detrás de este sistema. Tales indicios, conjuntamente con la concepción certera del presente, brindan también la clave para la comprensión del pasado; un trabajo aparte, que confiamos en poder abordar alguna vez"* (grifos de MARX, 1980, p. 422). Infelizmente, como sabemos, o autor não pôde efetuar o trabalho prometido. Já a consideração pormenorizada do escravismo moderno seria ociosa à medida que o mesmo se trata, tão-somente, de *una anomalía dentro de un mercado mundial basado en el trabajo libre*, anomalia esta *que desaparece sin más y es incompatible con el desarrollo de la sociedad burguesa* (Cf. citações acima).

Tais argumentos poderiam ser avocados para explicar o fato de o autor não haver contemplado, explicitamente, a forma capital escravista-mercantil; ademais, também justificariam a assertiva: "*El capital industrial es la única forma de existencia del capital en que es función de éste no sólo la apropiación de la plusvalía o del producto excedente, sino también su creación"* (MARX, 1964, v. II,



p. 51). A nosso ver, o capital industrial não é a única forma de capital a cumprir tal papel, pois entendemos que tal função também é desempenhada pelo capital escravista-mercantil, o qual, não obstante, não deixa, por isto, de ser dependente e subordinado ao modo de produção capitalista inclusivo.

Assim, no caso da colônia lusa em terras americanas, a criação da mais-valia decorria da ação do capital escravista-mercantil, vale dizer, embora isolado dos mercados externos e, portanto, da órbita da circulação - e isto discutiremos no próximo tópico, a esfera da produção interna colocava-se inteiramente em sua órbita e era dominada pelo mesmo. Tal dominância, que não deve ser entendida em termos absolutos, estendia-se à produção de mercadorias (exportáveis ou não), de valores de uso e de serviços, abarcando, também, a alocação de fatores e recursos e espraiando-se pela circulação interna. Afetava, ainda, a geração e distribuição da renda, a escala da produção, o tamanho das plantas instaladas, as técnicas utilizadas e os elementos afetos à qualificação da mão-de-obra. Enfim, sua presença condicionava toda a economia colonial bem como as relações estabelecidas no processo de produção, projetando-se, ademais, na vida social e política da colônia. Disto deve-se inferir que os segmentos sociais e econômicos não vinculados imediatamente ao escravismo também se viam influenciados e, em larga medida, determinados pelo capital escravista-mercantil.

Parece-nos ocioso lembrar que é justamente em tamanha dominância que se assenta o engano daqueles que pensam encontrar aqui o assim chamado "escravismo capitalista" ou propugnam pela existência de um pretense modo de produção colonial.

#### **4. O Papel do Capital Comercial**

Tanto no passado mais distante como no mais recente, o capital comercial desempenhou papel crucial na gênese das condições objetivas que tornaram possível a constituição e subsistência do capital escravista-mercantil. Quanto ao período mais próximo, e com respeito ao Brasil, cumpre-nos tecer algumas observações adicionais.

Como sabemos, seria difícil superestimar o papel do capital comercial (aliado, no caso, ao capital de empréstimo) quanto ao processo de ocupação, povoamento e valorização das terras que couberam aos portugueses no

Novo Mundo; assim, a colônia pode ser vista como uma criação do consórcio estabelecido entre o poder régio e o capital comercial. Ao primeiro, além da estruturação e aparelhamento das instâncias burocráticas e administrativas, coube garantir o acesso à terra - meio de produção básico - aos que demonstrassem deter os cabedais necessários para explorá-la em benefício dos interesses metropolitanos. A geração das demais condições materiais que embasaram o aludido processo ficou, sabemo-lo à farta, a cargo do capital comercial. Destarte, este último encarregou-se do financiamento do empreendimento agrícola no Brasil, do fornecimento de mão-de-obra africana e bens de consumo e de produção oriundos da Europa, bem como monopolizou a colocação da produção colonial nos mercados mundiais. É nesta medida que a colônia pode ser vista como um mero apêndice da economia européia a funcionar como um enclave em permanente expansão e que flutua sobre o nada, pois o é de si e em si mesmo. É este, pois, o *locus* no qual se desenvolve o capital escravista-mercantil, o qual só podia comunicar-se com o mundo que lhe era externo mediante a intermediação do capital comercial, questão esta fixada com inteira propriedade por Goren-der: "*O capital mercantil em expansão se incumbiria da função de intermediário entre os extremos, autonomizando a esfera da circulação diante das fontes da produção, sem determinar o caráter dado das relações de produção vigentes em cada um dos extremos*" (GORENDER, 1992, p. 163).

O arranjo assim constituído, no qual o capital comercial funcionava como interface entre a colônia e os mercados externos, acarretou pelo menos três conseqüências que marcaram indelevelmente nossa história. Em primeiro, dele derivou o "sentido da colonização" como caracterizado por Caio Prado Júnior: "*No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações*

*que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país" (grifo de PRADO JÚNIOR, 1987, p.31-2).<sup>(4)</sup> Em segundo, a preeminência do capital comercial no que tange à articulação entre os distintos mercados permitiu a emergência e subsistência de um complexo econômico que tinha suas bases produtivas na colônia, sua fonte básica de mão-de-obra na África e que contava com os mercados europeus para a realização da produção efetuada. Por fim, o isolamento propiciado pelo capital comercial possibilitou à economia européia beneficiar-se dos efeitos dinâmicos oriundos do Novo Mundo e garantiu a solidez e a rigidez que informaram o escravismo colonial, elementos estes da mais alta relevância para o pleno funcionamento e permanência no tempo da exploração desenvolvida pelo capital escravista-mercantil.*

## **5. Capital Escravista-Mercantil: Pressupostos e Resultados de sua Ação**

Conscientes de que nossas postulações poderão ser tomadas como um dispensável exercício votado a "prever o passado", aventuramo-nos a estabelecer os pressupostos necessários à existência e subsistência do capital escravista-mercantil; abalançamo-nos, ademais, a identificar os resultados imediatos de sua ação.

Destarte, a aludida forma de capital só pôde emergir porque, concomitantemente, fizeram-se presentes as seguintes condições: a) existência prévia do escravismo e de fontes supridoras de cativos; tais fontes se apre-

---

(4) Embora a caracterização de Caio Prado nos pareça correta em suas linhas gerais, deve-se notar que o autor prendeu-se, sobretudo, à forma como a valorização das novas terras aparece ao observador que a toma da perspectiva do comércio externo não levando em linha de conta a existência do capital escravista-mercantil ao qual, com base na exploração do trabalho escravo, cumpria, além da apropriação de parcela substantiva da mesma, a própria criação da mais-valia.

sentam segundo uma dupla natureza: as institucionais - poder do Estado - que fundamentam política e juridicamente a redução e sujeição de pessoas à condição de cativos e as físicas ou biológicas, que garantem a constituição, reposição e o eventual aumento dos plantéis; b) ausência de alternativas, válidas do ponto de vista econômico, à utilização da mão-de-obra escrava; c) existência de mercados capazes de absorver as mercadorias produzidas com base na exploração da mão-de-obra escrava; d) indivíduos que se habilitavam, e que contaram com os recursos necessários para tanto, a fornecer mão-de-obra cativa mediante a captura e venda e/ou a mera intermediação (compra e revenda); e) indivíduos que visavam valorizar valor com base na exploração da mão-de-obra escrava e aos quais se apresentaram disponíveis os recursos necessários à mobilização de meios de produção e de mão-de-obra cativa.

A conjugação de tais pressupostos, como avançado, deu ensejo ao surgimento do capital escravista-mercantil. De sua ação decorre, imediatamente, a re-posição de alguns daqueles supostos, agora derivados da própria existência do capital escravista-mercantil: a) os escravistas apoderam-se de parte substantiva da mais-valia gerada no processo de produção, vendo, pois, realizado seu desiderato de valorizar valor; b) o escravo, trabalhador direto, emerge na mesma condição de sujeição em que entrara no processo produtivo. Também imediatamente, e derivando de *a* e *b*, dá-se a emergência e cristalização, no pólo escravista produtor de mercadorias, de interesses econômicos vinculados ao escravismo, fato este que empresta rigidez a tal sistema de exploração e atua no sentido de sua manutenção e ampliação. Lembre-se a esta altura que não se verificaram, nos tempos modernos, casos em que o simples crescimento vegetativo da população cativa pertencente aos que personificavam o capital escravista-mercantil fosse suficiente para atender suas necessidades de mão-de-obra escrava.<sup>(5)</sup>

De outra parte, o capital escravista-mercantil só podia atuar mediatamente sobre seus outros pressupostos não lhe sendo dado, portanto, repô-los, pois os mesmos lhe eram externos e para ele definiam-se como dados.

---

(5) *"Hasta en los Estados Unidos, después de que la zona intermedia entre los estados del Norte, en que regía el sistema de trabajo asalariado, y los estados esclavistas del Sur, se transformó en una zona de abastecimiento de esclavos, en que, por tanto, el esclavo lanzado al mercado esclavista se convertía a su vez en elemento de la reproducción anual, llegó un momento en que esto no bastaba y fue necesario recurrir por el mayor tiempo posible a la trata de esclavos africanos para tener el mercado abastecido"* (MARX, 1964, v. II, p. 426).

Especificamente, nos referimos às fontes supridoras de escravos e aos mercados mundiais. Destes elementos dependia, como anotado, a permanência no tempo do capital escravista-mercantil. Com respeito ao segundo, vergamo-nos ao argumento definitivo de Gorender, pois, assim como "*Roma estava impedida de fazer-se colônia econômica de si mesma e engendrar o escravismo colonial*" (Cf. citação acima), o mundo colonial moderno não poderia fazer-se metrópole de si mesmo. Já no que tange às aludidas fontes supridoras de mão-de-obra cativa, lembramos - para evidenciar que não se está a tratar da existência de recursos materiais necessários à compra de escravos - as palavras de Marx: "*La compra y venta de esclavos es también, en quanto a su forma, compra y venta de mercancías. Pero el dinero no podría ejercer esta función si no existiese la esclavitud. Hay que partir de la existencia de la esclavitud, para que el dinero pueda invertirse en comprar esclavos. En cambio, para hacer posible la esclavitud no basta con que el comprador disponga de dinero*" (MARX, 1964, v. II, p. 33). Evidencia-se palmarmente, pois, que o capital escravista-mercantil, enquanto tal, mostra-se incapaz de prover todos os elementos necessários à sua reprodução, não podendo, portanto, dar suporte a um específico modo de produção.

Do acima exposto deve-se inferir, ademais, que o processo de acumulação próprio do capital escravista-mercantil não o liberava dos pressupostos que lhe eram externos, ao contrário, tornava-o ainda mais dependente dos mesmos, pois, à medida que se dava a ampliação da produção escravista-mercantil, maiores eram suas exigências em termos de suprimento de cativos e de escoamento da produção efetuada. Observa-se, pois, que a constituição, no Brasil, de uma economia reflexa e dependente - vale dizer, o sentido da colonização - não decorreu, meramente, da exploração metropolitana ou do fato de a colônia ter sido votada ao fornecimento de produtos para o comércio europeu, mas derivou, essencialmente, das próprias entranhas da forma de capital cujo predomínio marcou os primeiros séculos de nossa história. Como sabemos, vários autores já se pronunciaram sobre a questão ora aventada, não obstante, em face das conclusões reportadas neste artigo, faz-se necessário voltarmos às seguintes afirmações de Gorender: "*A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado*

ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica" (GORENDER, 1992, p. 7). Como bem diz o autor, impõe-se um novo enfoque, mas tal mudança não deve nos levar diretamente à formulação do pretendido modo de produção escravista colonial, pois ela passa, necessariamente a nosso ver, pela discussão da categoria capital escravista-mercantil e pelo estabelecimento das conseqüências decorrentes de sua existência.

## 6. Considerações Finais

No correr deste artigo, cremos, restaram fixados alguns expressivos pontos com respeito à natureza do escravismo moderno.

Antes do mais, parece-nos demonstrada a necessidade de considerarmos o capital escravista-mercantil como uma das possíveis formas de existência do capital. Caso a discussão de tal categoria seja aceita pelos estudiosos das questões que giram em torno do tema, impor-se-á, por um lado, aprimorarmos sua conceituação e escoimá-la das insuficiências teóricas com as quais nós, os autores, a vitimamos, e, por outro, o aprofundamento da análise concernente às conseqüências, em termos da interpretação da formação histórica da sociedade brasileira, que poderiam decorrer da existência de tal forma de capital.

Esperamos haver evidenciado, ademais, que o capital escravista-mercantil não pode, *per se*, dar suporte a qualquer modo de produção. Isto não significa, é óbvio, que, do ponto de vista lógico, se tenha demonstrado a inexistência de um eventual modo de produção colonial e que não tenha cabimento a discussão suscitada em torno da pertinência ou não de tal categoria. Assim, os argumentos aqui expendidos devem ser tomados como uma tentativa de qualificar uma categoria nova, cuja aceitação, evidentemente, acarretará implicações, positivas entendemos, no que tange ao debate respeitante à existência ou não do aludido modo de produção. Uma questão imediata - aqui aventada a título ilustrativo -, diz respeito ao fato de que grande parte do afirmado sobre tal modo de produção refere-se, efetivamente, à forma de existência do capital ora explicitada.

Na crença de que estas notas representam contributo construtivo para reavivar um debate em grande parte estiolado por falta de novos argumentos, quedamos no aguardo das críticas e qualificações que as mesmas possam vir a despertar.

## Referências Bibliográficas

- CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, J. R. do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107. (Coleção história brasileira, 5).
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1992. (Ensaio, 29).
- \_\_\_\_\_. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 7-39, jan./abr. 1983.
- MARX, Carlos. *El Capital: crítica de la Economía Política*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, volumes I e II, 1964, volume III, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 11ª ed. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores, vol. 1, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

---

(Recebido em outubro de 1993. Aceito para publicação em março de 1994).